



## O CONTEXTO HISTÓRICO RACIAL DA EJA COMO PAUTA DE DEBATE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

Janaína de Azevedo Corenza<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tratará de reflexões sobre o contexto histórico racial da educação de jovens e adultos, apontando que suas turmas são formadas majoritariamente por sujeitos negros devido ao processo de exclusão sofrido ao longo dos séculos. O objetivo é discutir a importância dos futuros professores da educação básica, formados nos cursos de Pedagogia, terem em seus currículos, o debate sobre a questão racial que envolve a EJA como um dos meios de viabilizar futuras práticas que valorizem e considerem os saberes, culturas e histórias dos sujeitos negros. De caráter qualitativo, o trabalho discutirá a partir de estudos e de documentos legais, diversas questões étnico-raciais envolvendo o contexto histórico, a formação de professores e o currículo. Como resultado apresentarei a necessidade da ampliação de tal discussão nos currículos dos cursos de Pedagogia pois as turmas de EJA são campos de atuação do futuro professor e este precisa estar preparado para desenvolver práticas pedagógicas que viabilizem o sucesso dos sujeitos que formam suas turmas. A conclusão encontrada é a urgência do desenvolvimento de uma proposta pedagógica nos cursos de Pedagogia que verse sobre as relações raciais e educação pois nem todos os currículos ofertam, pelo menos, uma disciplina com esta temática.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Práticas pedagógicas; Relações raciais.

### INTRODUÇÃO

Ao longo da nossa história é possível identificar a presença significativa de jovens e adultos negros nas turmas que formam as escolas noturnas brasileiras. Diversos estudos, como o de Gomes (2007) confirmam esta afirmativa quando apontam a forte presença de pessoas negras na EJA (Educação de Jovens e Adultos) com histórias de vida e trajetórias escolares atravessadas, dentre outros aspectos, pela desigualdade de acesso e de permanência. Com este olhar, defenderei a importância do desenvolvimento de uma proposta pedagógica nos currículos dos cursos de Pedagogia que verse sobre as relações raciais e educação, com ênfase nos jovens a adultos. Para tal, dialogarei com alguns autores em busca de uma reflexão teórica que viabilize o estudo em pauta.

<sup>1</sup> Pedagoga e Especialista em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pela UNIRIO. Doutoranda em Educação na PUC-Rio. T

Considerando que não são todos os cursos de Pedagogia que oferecem aos futuros professores a discussão sobre a EJA, trago reflexões com base em Sacristan (2008) que desenvolve o conceito de currículo. Pensar o currículo do curso de Pedagogia busca provocar reflexões e questionamentos pelas quais razões nem todo curso de formação de professores contempla a EJA em suas grades curriculares e sendo assim, quais seriam os interesses para tal ausência.

Para contribuir com o debate, Gomes (apud Arroyo, 2007) aponta que a educação de jovens e adultos tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Afirma que “nela se cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos” (GOMES, apud ARROYO, 2007). Com base nesta afirmativa, considero que o estudo do contexto histórico educacional brasileiro, no que tange a EJA, colabora para que os futuros professores compreendam as razões pelas quais as turmas de EJA são formadas majoritariamente por sujeitos negros e esta característica é uma forte marca da desigualdade e que é visivelmente percebida nos indicadores socioeconômicos e educacionais sobre as diferenças entre negros e não negros na sociedade brasileira.

Arroyo (2007) afirma que é no contexto ditado pela ideologia da democracia racial que o sistema escolar público promoverá uma “inclusão excludente” ou a “integração seletiva” concluindo, portanto, que o sistema educacional vigente traz consigo um vício de origem que é muito eficaz para os propósitos excludentes para o qual foi estruturado. A proposta é repensar a formação com o objetivo de reverter as ações que reforçam a exclusão do jovem e do adulto presentes nas salas de aula.

## **OBJETIVOS**

Este trabalho tem como objetivo geral discutir a importância dos futuros professores da educação básica, formados nos cursos de Pedagogia, terem em seus currículos, aspectos teórico e práticos que versem sobre o contexto histórico que envolve a EJA como um dos meios de viabilizar futuras práticas pedagógicas que valorizem e considerem os saberes, culturas e histórias dos sujeitos negros. Como objetivos específicos, serão apresentados o cenário histórico de exclusão da população negra dos bancos escolares e algumas reflexões a serem desenvolvidas nas turmas de formação inicial a partir de questões étnico raciais presentes ou ausentes nos currículos da Pedagogia.

## **METODOLOGIA**

De caráter qualitativo, a partir de estudos e de documentos legais, o trabalho apresentará o contexto histórico, que revela o cenário excludente da população negra no espaço escolar e alguns dados que possibilitarão pensar as questões que deveriam versar o currículo da Pedagogia. A partir do conceito de currículo de Sacristan, será discutida a importância da presença do debate sobre questões étnico-raciais na formação de professores, com ênfase na EJA.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da apresentação do cenário histórico de exclusão, é possível constatar que inúmeros obstáculos impediram e impedem a população negra de acessar a escolarização. Estudos de Gonçalves e Silva (2000) estacam os impedimentos formais, legalmente instituídos no final do século XIX e início do século XX, que estabeleceram quem teria ou não direito a ter acesso às escolas. Os autores revelam que a exclusão de negros e indígenas do projeto de nação construído pelas elites brasileiras se expressa atualmente nas desigualdades estruturais de raça, gênero e pobreza. De acordo com Fonseca (2002) um dos exemplos mais drásticos desses mecanismos foi a Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837, do presidente da província do Rio de Janeiro, que abrigava a capital do Império. Ao decidir sobre o acesso às escolas públicas, no artigo 3 dessa Lei, a autoridade afirmava o seguinte: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: Os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. Este fato histórico<sup>2</sup> mostra claramente a questão do racismo presente na educação logo no início de sua organização, gerando mais a frente, um contingente de pessoas negras analfabetas e não escolarizadas.

Este processo se estende até os dias atuais. Os dados mostram um total de 13,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, no Brasil. Indo ao encontro desta afirmativa, dados divulgados pelo IBGE<sup>3</sup> em 2011 mostram que a taxa de analfabetismo entre negros e pardos, a partir dos 15 anos de idade foi de 13,3% para negros e de 13,4% para os pardos.

---

<sup>2</sup> Outros exemplos históricos de exclusão dos negros na educação a partir de legislação específica, assim como as trajetórias de políticas públicas que visaram e visam mudar este cenário podem ser encontrados em Passos (2009).

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 20/6/2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>

Entre brancos, esse número ficou em 5,9%. A população branca de 15 anos ou mais tinha em média 8,4 anos de estudo. Enquanto entre negros e pardos a média foi de 6,7 anos. Estes dados estatísticos unidos ao exemplo da legislação que impediu, no final do século XIX, pessoas negras de terem acesso a escola, mostram que a história de exclusão à educação teve uma base legitimada e que precisa ser reconstruída com o objetivo não de refazer a história, mas de garantir o acesso a todos, levando em consideração as relações raciais que envolvem a inclusão dos que, no decorrer da história da educação, foram definitivamente excluídos.

É possível afirmar que durante o século XX a EJA foi sendo construída gradativamente, sendo entendida como direito a partir da Constituição Federal de 1988. Passos (2009) traz em seu estudo que a Carta Magna tornou-se um marco no reconhecimento da educação de jovens e adultos como um direito quando expressa no Artigo 208 que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Esta formalização – a educação como direito – inaugura para crianças, jovens e adultos um novo lugar na história da educação brasileira. Outros documentos<sup>4</sup> também podem ser citados, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que estabeleceu em seu Artigo 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Ao ser estabelecida na LDB, a EJA tornou-se uma política de Estado de modo que hoje o governo brasileiro tem a obrigação de investir nessa modalidade de educação. O Parecer CNE/CEB 11/2000, também é outro documento importante a ser citado. Ele institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos “a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação” (BRASIL, 2000). Ambos os documentos, unidos à Constituição, são de extrema importância para o estabelecimento e fortalecimento da EJA no Brasil como direito garantido. Mas podemos questionar como este direito vem se construindo e constituindo efetivamente nas salas de aula.

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar outros documentos que também colaboram para a efetivação da EJA como um direito: Proposta Curricular de Educação de Jovens e Adultos e a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos.

O cenário de exclusão escolar das pessoas negras na nossa história precisa ser revelado nos cursos de Pedagogia de forma que seja viável compreender os motivos pelos quais, atualmente, ainda temos um grande contingente de jovens e adultos negros analfabetos, mesmo quando seu direito é preservado em leis e em documentos legais, conforme apontado anteriormente. É preciso questionar os motivos pelos quais estes sujeitos não entram na escola, ou quando entram, evadem e muitos não conseguem concluir os estudos. Destaco como algumas razões no que se refere à infância e a adolescência, exemplos como o acesso precoce ao trabalho, suprimindo as necessidades financeiras familiares, a distância da residência à escola, as dificuldades de aprendizagem considerando um currículo que não aborda diferentes culturas e conhecimentos, as práticas pedagógicas excludentes, as sucessivas reprovações, etc. Este retrato, que impede crianças e adolescentes na idade regular de frequentarem a escola, se mostra evidente nas turmas de EJA quando, na idade adulta, retornam aos bancos escolares. Destaco também que estes mesmos motivos e circunstâncias, muitas vezes se repetem se constituindo, portanto, em exemplos que colaboram para as dificuldades na permanência nas turmas de EJA. Isto significa que o processo excludente começa na infância e se perpetua nas inúmeras tentativas de retorno a escola anos mais tarde.

Mediante o exposto, reafirmo que o futuro professor da educação básica, formado nos cursos de Pedagogia e que poderá atuar em turmas de EJA precisa conhecer este cenário para viabilizar que suas práticas não sejam, mais uma vez, excludentes. Neste ponto questiono o currículo que alguns cursos de Pedagogia oferecem nas mais diversas instituições. Sacristan (2008) define currículo não como um conceito, mas sim como uma construção cultural, um modo de organizar uma série de práticas educativas. O autor acrescenta que “currículo” é um projeto ou plano educativo composto de diferentes aspectos, experiências e conteúdos. Sacristan (2000) também explica os currículos a partir da sua expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado.

O autor citado também aponta ainda que a escola, em geral, e aqui destacamos as instituições de ensino superior, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente a cultura, que se concretiza no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo. É possível afirmar que o currículo passa a ser considerado como uma invenção social que reflete escolhas sociais conscientes e inconscientes, que concordam com os valores e as crenças dos grupos dominantes na sociedade (SACRISTAN, 2000). Acrescenta, ainda, que o currículo é um ponto central de referência na melhora da qualidade do ensino, na mudança das condições

da prática, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escolar em geral e nos projetos de inovação dos centros escolares. Com este pensamento, o autor propõe-se a definir o currículo como o projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada.

Tais pontos colaboraram para as reflexões que podem ser feitas com um olhar crítico em relação a ausência de disciplinas ou de debates que envolvem a EJA nos cursos de formação inicial, sobretudo, os cursos de Pedagogia. Arrisco em afirmar que não ter professores preparados para atuar na educação de jovens e adultos reforça a ideia de que nesta modalidade de ensino não há necessidade de ter profissionais com arcabouço teórico e prático que viabilize a estes sujeitos a aquisição da leitura e da escrita de forma ampla, crítica e adequada à interpretação e à invenção social. A reprodução da exclusão, iniciada na fase escolar considerada “adequada”, pode se repetir quando os jovens e adultos retornam as salas de aula e são recebidos por um professor que não obteve formação adequada para atuar com a EJA. Quando os currículos da Pedagogia ignoram tal modalidade de ensino, levanto como hipótese a não valorização de saberes e de culturas que precisam estar presentes nas salas de aula. Esta valorização pode possibilitar o sucesso escolar dos jovens e adultos que tem seu direito à educação previsto em Lei.

Nesta perspectiva, o objetivo é tornar as práticas pedagógicas dos professores mais próximas das diversas realidades da EJA, não tratando os sujeitos como pessoas que precisam aprender da forma pela não aprenderam quando eram crianças. Suas vivências e conhecimentos podem ser deixados de lado na medida em que o professor não teve em seu currículo de formação inicial, a discussão que envolveu a importância da valorização das histórias de vida e das trajetórias escolares dos jovens e adultos, que muitas vezes foram atravessadas, dentre outros aspectos, pela desigualdade de acesso e de permanência

Por fim, com base em Sacristan, o currículo define a intenção educativa de uma instituição educacional e de grupos sociais, é o projeto que define as suas atividades e que também orienta as práticas pedagógicas dos professores. Posso concluir, provisoriamente, que o currículo também pode ser considerado como o plano de ação que operacionaliza a proposta pedagógica e que explicita a sequência dos conteúdos -quando ensinar-, as formas de estruturar e acompanhar as atividades de ensino e de aprendizagem -como ensinar e avaliar a aprendizagem- e as competências e habilidades a serem desenvolvidas -o quê e porquê ensinar. Entender estes pontos ajuda a provocar uma discussão sobre os cursos de Pedagogia e

possibilita um olhar crítico a respeito desta formação com base nas questões das relações raciais e educação estarem presentes ou ausentes nos cursos de Pedagogia.

## CONCLUSÕES

O contexto histórico escolar de sujeitos negros ainda é atravessado por histórias de vida e trajetórias escolares marcadas pela desigualdade de acesso e de permanência. Baseado nesta realidade, este trabalho tem como resultado provocar a ampliação desta discussão com pesquisas que versem sobre como a EJA é trabalhada nos cursos de Pedagogia. De acordo com Arroyo (2007) que diz que é preciso obrigar os centros de formação a incorporar nos currículos de pedagogia e licenciatura o conhecimento da nossa realidade multirracial, busquei revelar que esta necessidade é urgente.

É possível também afirmar que a realidade das salas de aula de EJA ainda é marcada por exclusão dos sujeitos e uma das razões é a desenvolvimento de práticas pedagógicas que desconsideram o contexto histórico educacional brasileiro da população negra. Concluo que é preciso mudar esta realidade possibilitando que o sucesso escolar seja construído nas turmas de EJA e para ampliar esta possibilidade, o professor precisa estar preparado teoricamente, conhecendo a história dos sujeitos negros, o processo de exclusão pelo qual passou e ainda passa e a valorização dos saberes, culturas e histórias que os formam.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. Brasília: CNE-CEB/MEC.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GONCALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.15, pp. 134-158.

PASSOS, J. C.; AGUIAR, Márcia Angela da Silva; SISS, Ahyas, OLIVEIRA, I. de; AZEVEDO, J. L. de; ALVARENGA, M. S. de; SILVA, P. B. G. e; OLIVEIRA, R. de.

(Orgs.). **Educação e diversidade:** estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

GIMENO, S. J. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: \_\_\_\_\_; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

\_\_\_\_\_. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2008.